

Ano XXVI nº 6714 – 06 de dezembro de 2022

INSS pode paralisar serviços nesta quarta-feira por causa de bloqueio orçamentário

Os bloqueios orçamentários que marcam o final da gestão de Jair Bolsonaro (PL) na presidência da República devem paralisar os serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) nesta quarta-feira, 07/12.

Em ofício enviado ao secretário de Orçamento Federal, do Ministério da Economia, Ariosto Antunes Culau, o INSS afirma que “a falta dos recursos causará grave prejuízo ao funcionamento desta Autarquia, ocasionando suspensões de contratos, bem como deslocamentos de servidores de forma imediata, impactando, consequentemente, no atendimento à população e na prestação dos serviços essenciais do INSS”. O ofício foi divulgado hoje 06/12, pela CNN.

Isso poderá levar ao fechamento de agências, suspensão de perícias, atrasos em pagamentos do INSS e interrupção de contratos com terceirizados. O ofício é assinado pelo presidente do INSS, Guilherme Gastaldello, e foi encaminhado à Secretaria de Orçamento na sexta-feira (2) com o assunto o “impacto das restrições orçamentárias no âmbito do INSS”.

Pelas contas da equipe econômica, reveladas pelo jornal Valor Econômico e complementadas pela Folha de S. Paulo, podem faltar ao menos R\$ 15 bilhões para pagar benefícios no último mês do ano.

O INSS tem pedido recomposições orçamentárias há algum tempo, a ponto de alertar para dificuldade de realizar pagamentos de aposentadorias em dezembro. Esses apelos, no entanto, não teriam tido resultado.

Tanto que, no ofício, Gastaldello afirma que, apesar dos esforços do INSS e da parceria do Ministério do Trabalho, que, segundo o presidente do instituto, “auxiliou com orçamento enquanto foi possível”, o órgão irá adotar medidas de “caráter emergencial”.

Fórum avaliará panorama no Brasil para ratificar Convenção 190 da OIT

A Rede de Mulheres UNI Brasil e o Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais realizam amanhã, 07/12, das 10h às 12h, o “Encontro 21 Dias de Ativismo - Cenário Brasileiro e Expectativas para o Futuro no Combate à Violência contra a Mulher”. O evento é realizado no contexto dos 21 Dias de Ativismo, que começaram em 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), passando pelo dia 25 (Dia de Combate à Violência Contra a Mulher), e se encerram em 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos).

“A Convenção 190, ou C190, é o primeiro tratado internacional para enfrentar a violência e o assédio no ambiente laboral e foi aprovada em 2019 pela OIT”, explicou Fernanda Lopes, secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que integra a campanha dos 21 Dias de Ativismo e que também é uma das organizadoras do encontro de 07 de dezembro. “O Brasil está entre os países que ainda não ratificaram a C190, que, além de fornecer a primeira definição internacional de violência e assédio no mundo do trabalho, inclui violência de gênero e assédio”, pontuou.



Prioridade é campanha de vacinação em massa

O negacionismo do governo Bolsonaro fez a vacinação cair drasticamente no país, apenas 12% das crianças de 06 meses a 03 anos foram vacinadas contra a Covid-19 e doenças antes extintas ameaçam voltar. Diante do cenário, a prioridade do próximo governo para a área da saúde será uma campanha massiva de vacinação nos primeiros dias de 2023, com a participação de atletas e artistas. Para resolver o problema da saúde, seria necessário em torno de R\$ 20 a R\$ 22 bilhões a mais do que está previsto no orçamento. O governo Bolsonaro deixou um rombo nos cofres. Por conta disso, quase não tem recurso para a Farmácia Popular, prejudicando quem tem doenças crônicas e não tem recursos para comprar as medicações distribuídas pelo programa.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, se comprometeu zerar a fila nos atendimentos que se formou durante a pandemia no SUS (Sistema Único de Saúde). Se for preciso, está prevista a contratação da iniciativa privada para acabar com fila de especialidades, exames e cirurgias.